

As mulheres na Guerra do Paraguai (1864-1870): o caso da Província de Mato Grosso (MT)

Maria Augusta de Castilho

Universidade Católica Dom Bosco
Campo Grande - Mato Grosso do Sul - Brasil
maugusta@ucdb.br

Adilso de Campos Garcia

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul
Campo Grande - Mato Grosso do Sul - Brasil
adilso.garcia@ifms.edu.br

Resumo: Este estudo tem como objetivo evidenciar a relevância da participação das mulheres na Guerra do Paraguai (1864-1870) e na Retirada da Laguna (1867). Nesse contexto, intenta-se, também, discutir sobre a tênue história das mulheres, haja vista que, por décadas, a historiografia tradicional teve a supremacia da perspectiva masculina. O método utilizado foi dedutivo, com ampla pesquisa bibliográfica em obras especializadas sobre a temática proposta. Analisa-se a questão da invasão do sul da Província de Mato Grosso-MT, Brasil, pelas tropas de Solano López. Ressalta-se D. Senhorinha, em virtude de sua resiliência, dando-se destaque à importância da presença de outras mulheres que realizaram as mais diversas atividades em apoio às tropas imperiais, principalmente as denominadas vivandeiras, sofrendo os infortúnios e as adversidades que permearam essa guerra, a questão da prostituição feminina nas relações cotidianas e, ainda, uma pequena menção às *destinadas* e as *residentas* do Paraguai. Dessa forma, procurou-se desvelar a bruma que ainda envolve essa importante e expressiva participação das mulheres brasileiras e paraguaias no decorrer da Guerra do Paraguai.

Palavras-chave: Guerra do Paraguai. História das mulheres. Vivandeiras.

Introdução

“Da História, muitas vezes a mulher é excluída”
(PERROT, 2017, p. 197).

Aborda-se neste artigo acerca da invasão da Província de Mato Grosso (MT) por tropas paraguaias, que tinha parte de sua região contestada por Francisco Solano López e o aprisionamento das populações que se encontravam nessa área litigiosa. Todavia, o ponto nevrálgico que se buscou evidenciar é uma abordagem sobre a História das Mulheres, com referências à participação das mesmas na Guerra do Paraguai e no

episódio da Retirada da Laguna, as atividades nas quais estiveram envolvidas, as adversidades sofridas e a prostituição que grassava em meio à tropa.

Este estudo, portanto, propõe uma investigação e eventual discussão acerca da indubitável e peremptória participação das mulheres ao lado do Império na Guerra do Paraguai. O estudo foi pautado no método dedutivo, que viabilizou a pesquisa qualitativa, com ampla revisão da literatura que trata sobre a temática em pauta.

Destacam-se, aqui, algumas poucas mulheres que pelos mais variados motivos e/ou circunstâncias foram inseridas nos anais da história, bem como a participação delas nessa guerra, com base na historiografia, e a atuação que tiveram nas mais diversas atividades, sofrendo as vicissitudes climáticas, ajudando a cuidar dos militares feridos, ocasião em que estiveram sujeitas às doenças como a cólera *mórbus*, convivendo com um processo de inanição arraigado e “batalhando” pela sua própria sobrevivência física.

Nessa toada, em uma breve avaliação e disposição das leituras realizadas sobre a Guerra do Paraguai, são raros os autores que abordam os aspectos prosaicos da participação feminina no conflito.

O Exército Paraguaio, inicialmente, logrou sucesso com a invasão do sul da Província de MT, por água (Forte Coimbra e a Vila de Corumbá) e por terra (a Colônia Militar dos Dourados, as Vilas de Nioaque, Miranda e Coxim), tomada militarmente pelos inimigos. Holanda e Campos (1971) ressaltaram que o destacamento fluvial era comandado pelo coronel Vicente Barrios, enquanto o terrestre estava sob as ordens do coronel Isidoro Resquín.

Ao se referir à invasão da Província de Mato Grosso (MT), Thompson (1968) abordou sobre o aprisionamento de várias mulheres pelos soldados paraguaios e destacou o avanço do coronel Resquín pelo interior da região fronteiriça. Partindo de Concepción, conforme a asserção de Thompson (1968, p. 47), a cavalaria paraguaia em marcha, “em muitos lugares encontraram mulheres brasileiras escondidas nos matos, com todos os seus pertences. Essas infortunadas mulheres foram invariavelmente maltratadas, e seus haveres lhes foram tirados”.

Diante da notícia que ventilava de que os paraguaios faziam rondas, sobretudo nas imediações das Vilas de Nioaque e Miranda, muitas famílias se internaram pelos cerrados, a fim de evitar serem capturadas ou mortas pelos militares paraguaios. Nessa esteira de raciocínio, Thompson (1968) observou que as mulheres, quando da invasão de Corumbá, foram muito maltratadas, descreveu um episódio em que um senhor brasileiro e sua filha foram conduzidos à presença de Vicente Barrios e diante da negativa daquele

pai em deixar a moça na companhia do comandante, ele foi retirado do navio, ameaçado de fuzilamento e a jovem foi mantida a bordo, conforme as ordens de Barrios.

Vozes dissonantes quanto à participação das mulheres na guerra

O contingente militar regular do Exército Brasileiro não era expressivo naquele contexto. Infere-se que um número considerável de mulheres não se furtou ao chamado para se envolverem nessa guerra e, por conseguinte, não ficaram à margem daquela contenda, formando um grupo de Voluntárias da Pátria. Enquanto grande parte dos homens se embrenhava pelo interior das matas, a fim de fugirem do alistamento militar compulsório, houve, nas Províncias do Império, de forma espontânea, o alistamento de várias mulheres, denominadas de vivandeiras, cujo desígnio era participar e/ou se envolverem nesse conflito, nas mais diversas atividades.

Corroborando com outros autores que bebem da mesma fonte, acerca das condições das prisioneiras de guerra capturadas no Mato Grosso, Thompson (1869, p. 38) narrou que “muitas das mulheres capturadas no Mato Grosso foram enviadas para Assunção, onde foram dadas a diferentes famílias para servir e ser alimentada por elas. Muitas, no entanto, tiveram que pedir nas ruas, e foi triste ver o quão triste elas pareciam”¹. Essas mulheres brasileiras teriam que trabalhar em troca de comida, todavia, como referido aqui, parte delas teve que implorar e mendigar nas ruas.

Apesar da precariedade dos documentos - praticamente não havia registro de nomes e dos feitos, nas ordens do dia, nos diários, fruto também de uma sociedade patriarcal e do esmaecimento da memória das pessoas, que tende a cair no limbo da história - é notório que as mulheres exerceram as mais variadas atividades e apoio aos militares em campanha.

Esquecidas pela memória nacional, desprezadas pelos observadores e historiadores ao tempo dos acontecimentos, essas mulheres constituem uma nobre parte de nossa história, difícil de reconstituir por falta quase total de testemunho. O antifeminismo e o desprezo que o povo tinha pelas mulheres, consequência dos costumes e da erudição da época, concorreram para que se produzisse essa lacuna na nossa história (PERNIDJI; PERNIDJI, 2010, p. 49).

¹ Tradução nossa, do original: “many of the women taken in Matto-Grosso were sent to Asuncion, where they were given to different families, to serve and to be fed by them. Many, however, had to beg in the streets, and it was sad to see how unhappy they looked”.

A guerra, segundo Flores (2010), é caracterizada e materializada como um espaço masculino, que, por sua vez, pode constituir um pano de fundo para demonstrar uma série de agressividades e repressão imposta às mulheres. Nessa linha de pensamento, corrobora-se a percepção de que a guerra foi duplamente machista, de olhar excludente e preconceituoso em relação à participação feminina.

É notório que o alto comando militar brasileiro não só fazia vistas grossas quanto à participação das mulheres em permeio às tropas, como ainda financiava, acobertava e até concitava a vinda de mulheres dos mais variados matizes e nuances. Um dos motivos seria aplacar o desejo sexual da tropa naqueles sertões, tornar as horas de folga mais prazerosas e, por conseguinte, cimentar a questão do respeito, obediência e hierarquia dos soldados frente aos oficiais de comando.

É fato que a participação das mulheres junto ao Corpo da Tropa, nesse conflito, foi de suma importância, independentemente da discussão de terem sido armadas ou não, em determinadas situações. As mulheres que acompanhavam seus Exércitos acabaram caindo na bruma do esquecimento, com raras exceções às que praticaram alguma atitude considerada heroica naquele determinado contexto bélico histórico.

As mulheres que estiveram ao lado do Exército Brasileiro geralmente vestiam panos esfarrapados, sujos e/ou rasgados, comiam restos de comida dos militares, dormiam ao relento, lavavam, cozinhavam e arrumavam as louças em troca de alimentos, sendo exploradas por motivos infames e desprezíveis (PERNIDJI; PERNIDJI, 2010). Os historiadores memorialistas brasileiros praticamente se eximiram de estudar a participação feminina na Guerra do Paraguai. Ressalte-se, porém, nesse sentido, o que Foucault (1979) considera: que se deve prestar atenção ao discurso e ficar atento para a produção dos silêncios nas narrativas históricas.

As opiniões a respeito das vivandeiras não eram convergentes entre os militares do Exército Brasileiro; muitos achavam que essas mulheres tinham que varrer o acampamento três vezes ao dia. Pernidji e Pernidji (2010, p. 105), relatam o caso de um soldado anônimo que afirmava que “vivandeira tem é que trabalhar pra soldado. Se o homem está no campo, ela tem que estar ajudando na boia ou na construção”.

As vivandeiras, envelhecidas precocemente pela árdua toada da marcha e padecimento físico extenuante a que estavam submetidas, geralmente eram muito feias e desarrumadas em suas vestimentas; não obstante, em função da necessidade biológica do sexo, os soldados não se davam ao luxo de se preocupar com sua beleza e estética (PERNIDJI; PERNIDJI, 2010). No decorrer da Guerra do Paraguai, o militar

Madureira foi designado a acompanhar um carregamento de vivandeiras que embarcaram no município de Montevideu (Uruguai), para que se unissem ao Exército Brasileiro em Tuiuti, no Paraguai. Pernidji e Pernidji (2010) descreveram que eram mulheres descarnadas, gastas e magras, feias e quase repulsivas, rameiras² da pior espécie e, ainda, com apelidos exóticos e pitorescos.

Contudo, o envolvimento das mulheres nessa guerra foi de basilar importância, principalmente no que tange aos cuidados com os feridos, quando havia sucessivos ataques do Exército Paraguai e o revide do Exército Brasileiro, tanto nas batalhas que ocorreram no sul do Brasil, em território paraguai e contra os membros da Retirada da Laguna (1867)³ oriundos de terras paraguaias, quanto no atual Mato Grosso do Sul (MS) ou em qualquer outro lugar.

Na guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai, as mulheres estiveram na retaguarda dos militares, nos campos de batalha, cozinhando, lavando, oferecendo auxílio aos enfermos, pegando em armas e até substituindo os companheiros mortos, em algumas circunstâncias. De modo geral, essas mulheres ajudavam no abastecimento, na organização das provisões, na lavagem de roupas, atendiam os doentes, faziam o enterro dos mortos, “[...] pegando em armas e socorrendo os feridos, fazendo curativos e os conduzindo até os hospitais de sangue” (DOURADO, 2005, p. 89).

Ao se reportar às mulheres do Paraguai que viviam nos acampamentos militares no decorrer da guerra, Thompson (1968), relatou que algumas eram designadas como Sargento, sendo responsáveis pelas companheiras. Esse contingente feminino prestava serviços nos hospitais, cuidava das roupas dos amigos, sobrevivendo da alimentação que os soldados paraguaios lhes davam.

Ao abordar as representações das mulheres paraguaias que participaram na guerra, Dourado (2005) as distinguiu em dois grupos: as *destinadas*, que eram condenadas por serem parentes de políticos desafetos do Presidente Solano López ou acusadas de traição, sendo castigadas e obrigadas a seguir e a servir a tropa; e as *residentas*, que eram as heroicas mulheres que acompanhavam seus parentes, ajudando-os nos diversos serviços. No Exército Imperial de D. Pedro II, era comum encontrar mulheres realizando os trabalhos de retaguarda, auxiliando no arranjo das munições,

² Termo depreciativo de mulher que pratica atividades sexuais por dinheiro; prostituta.

³ A Retirada da Laguna foi um evento que ocorreu durante a Guerra do Paraguai, quando os militares brasileiros deixaram o território inimigo e adentraram novamente no sul da Província de Mato Grosso.

vendendo artigos e mercadorias de primeiras necessidades, ajudando na preparação da alimentação e prestando socorro às pessoas feridas nos hospitais.

Todavia, não se pode ater apenas a exemplos de mulheres que foram espontaneamente para a Guerra do Paraguai a fim de exercer diversas funções e/ou atividades. Para Dourado (2005), faz-se mister descortinar e trazer a lume que algumas mulheres de má conduta ou algum tipo de comportamento considerado contravertido e/ou infracional poderiam ser enviadas para o conflito e, como castigo, teriam de trabalhar na prestação de serviços junto aos militares. As poucas fontes de informações sobre as mulheres nessa luta tornam praticamente impossível, segundo Dourado (2014), saber-se o número de mulheres que seguiam seus esposos (companheiros), a quantidade delas que teriam morrido, quantas eram as vivandeiras, as prostitutas e as crianças que nasceram durante o período da guerra.

De acordo com Pernidji e Pernidji (2010), quando o Exército Brasileiro estava em Tuiuti, o número de mulheres que seguiam a tropa era estimado entre quatro e dez mil. Esses números são imprecisos, visto que no decorrer da guerra dezenas de mulheres acompanhavam e/ou deixavam de acompanhar a tropa, dependendo dos interesses delas. Segundo esses mesmos autores, seriam de seis mil, a diferença entre o mínimo e o máximo, possivelmente para se precaverem de eventuais questionamentos.

Variedades de mulheres e atividades diversas

No decorrer da Guerra do Paraguai, as esposas de militares tinham como meta seguirem os maridos, algumas, inclusive, levando os filhos; determinadas viúvas também se propunham a acompanhar os filhos nessa empreitada. Dourado (2005) registra que entre as mulheres, algumas eram amantes e também havia muitas prostitutas que, conquanto sofressem preconceitos nos municípios, tiveram a possibilidade de ganhar dinheiro, pois o pagamento aos soldados imperiais era feito em campanha. Nesse sentido, somam-se dois aspectos com relação a essas mulheres: o de satisfação do prazer biológico e natural do sexo e o ganho financeiro, que lhes permitia saírem da condição de carência financeira em que viviam naquela conjuntura.

Quanto a esta esteira de análise, ao realizar uma pesquisa sobre o universo feminino na Província de Minas Gerais (MG) no século XVIII, Figueiredo (2013) identificou que um número considerável de mulheres, em função da pobreza em que se encontravam, atuavam também na prostituição que lhes servia de atividade (renda)

complementar. As mulheres eram conhecidas, de maneira geral, no contexto da guerra, como vivandeiras, pelo fato de comercializarem ou levarem mantimentos, acompanhando tropas em marcha, providenciando o que os soldados necessitavam. Eram mulheres amantes profissionais, que serviam como enfermeiras e como domésticas dos militares, além de, várias vezes, pegarem em armas para defender seus interesses ou quando a situação assim exigisse (DOURADO, 2005).

Essas mulheres praticavam o comércio, negociavam objetos de necessidade, preparavam e vendiam comidas, bebidas e obtinham excelentes preços pelas mercadorias, dada a precariedade de gêneros alimentícios, uma vez que os provimentos para abastecer o Exército Brasileiro eram irregulares. Este quadro contribuía de forma inexorável para “[...] o saque desenfreado a que se entregavam os mascates e os acompanhadores do Exército também, reclamando as mulheres o seu quinhão” (TAUNAY, 1952, p. 84).

Assim sendo, quando se encerravam algumas batalhas, as mulheres, bem como os demais componentes da Coluna de retirantes, envolviam-se em manobras, saqueando aqueles corpos que estavam ao sol, com o objetivo de conseguir roupas e objetos que pudessem ter algum valor. O escritor paraguaio Benítez (2016, p. 230), ao se referir aos membros da Retirada da Laguna, relatou que “a mulheres e os soldados se entregaram a uma revolta macabra entre os corpos em busca de coisas de valor, deixando-os completamente nus sob o sol”⁴.

Contudo, para algumas mulheres vivandeiras e suas descendentes, a vida no desenrolar na Guerra do Paraguai não foi nada fácil, devido à labuta e os afazeres no “batidão” do cotidiano, que as envelheciam na aparência, mesmo que tivessem tenra idade. De acordo com Pernidji e Pernidji (2010, p. 34), as filhas saíam

[...] das saias da mãe, ainda menina, aos braços de algum oficial. Não havia preconceito de idade: meninas de 13 anos se entregavam a oficiais sexagenários, limpavam galões e bronzes do oficialato, como também a ferrugem das baionetas e *miniés* (fuzil da época) da soldadesca.

Dessa forma, a participação das mulheres no referido conflito, esclarece um vazio e um hiato que se assentou na historiografia oficial, dando-lhes o devido lugar a que merecem na Guerra do Paraguai.

⁴ Tradução nossa, do original: “las mujeres y los soldados se entregaron a un macabro revoltijo entre los cuerpos en busca de prendas de valor, dejándolos completamente desnudos tendidos al sol”.

As mulheres que tiveram algum tipo de referência histórica na Guerra do Paraguai foram aquelas que realizaram determinado ato considerado heroico (bravura) ou que eram casadas com oficiais, e/ou, ainda, que pertenciam à elite de pioneiros. Sobre as demais mulheres restou o silêncio da historiografia, sem nomes, sem rostos, idades, quantidades, origens, enfim. Halbwachs (2006, p. 101), considera que “[...] um dos objetivos da história talvez seja justamente lançar uma ponte entre o passado e o presente, e restabelecer essa continuidade interrompida”.

Neste trabalho, ao se propor trazer a lume a participação das mulheres na Guerra do Paraguai, optou-se por dar proeminência e enfoque à figura de D. Senhorinha, pelo fato de estar inserida no processo de colonização de terras no sul da Província de Mato Grosso, por ter sido aprisionada e levada para o Paraguai em duas ocasiões, como prisioneira de guerra, por sua fibra e resiliência com que suportou as agruras e adversidades, por ser viúva de José Francisco Lopes (o Guia) e, ainda, pelo fato de suas terras estarem situadas no trajeto da Retirada da Laguna (MEDEIROS, 2012). Foi dado um destaque também às índias Antônia e Irecê a Guaná.

No decurso da guerra, deduz-se que tenha havido um considerável número de mulheres que, direta ou indiretamente, destacaram-se por meio de ações/influência no conflito. Dá-se relevo, neste estudo, à participação de algumas (poucas) brasileiras - existem ainda muitas a serem estudadas/pesquisadas - que foram citadas, à época, e registradas pela historiografia.

Dona Raphaela Senhorinha Maria da Conceição Barbosa de Lopes

O sertanista/vaqueano Gabriel Francisco Lopes e sua mulher, D. Senhorinha, tomaram posse de uma área de terra, em 1846, no sul da Província de Mato Grosso, a três quilômetros, aproximadamente, do rio Apa, região do atual município de Bela Vista (MS); essas terras receberam o nome de Fazenda Monjolinho e Retiro (DOURADO, 2005). Gabriel costumava dirigir-se aos escravos de forma enérgica, não os ofendia, mas tratava-os a ferro e fogo. Do seu plantel, dois escravos, tendo já ouvido rumores sobre o movimento abolicionista e republicano, começaram a contestar sua situação jurídica, tendo um deles exteriorizado que estava ao lado dos paraguaios.

Todavia, o sertanista impunha aos escravos ainda mais trabalho, respeito e obediência, impondo que era o dono da vida deles tal como a lei permitia. A tensão e a dissidia sobrepujou a razão e, no ato de sacar o seu revólver, Gabriel foi desarmado e

teve um punhal cravado no coração, em 1849, envolto em uma discussão pelo trabalho compulsório. A região em que a fazenda se localizava era contestada pelo governo paraguaio, estava situada em uma área de demanda territorial entre Brasil e Paraguai (MEDEIROS, 2012).

Ainda no decorrer de 1849, D. Senhorinha

[...] teve que enfrentar sozinha, logo após a morte do marido, a captura e prisão por uma patrulha militar paraguaia, em 18 de outubro de 1849, sob o comando do Capitão Ramos, que a levou, juntamente com seus três filhos menores, dois escravos e mais um grupo de pessoas, para o interior da República, e que tinha ordens de aprisionar todos os brasileiros que se estabelecessem em propriedades agrícolas nas zonas que o Paraguai pretendia incorporar a seu domínio (DOURADO, 2005, p. 59).

O descrito teve como suporte Taunay (1952, p. 51), que registrou a seguinte narrativa: “residindo só, com os filhos, então crianças, numa zona fronteira, onde não há a mínima segurança para os fracos, já fora outrora a viúva prês e levada por um magote de paraguaios”.

Esse episódio de invasão das tropas inimigas no sul da Província de Mato Grosso antes de pipocar a guerra foi retratado no conto Irecê a Guaná, de Taunay (1874, p. 15), publicado sob o pseudônimo de Sylvio Dinarte no qual o autor registrou “[...] que uma força estrangeira, sem respeito á linha divisoria, pisou terras nossas para aprisionar a família do mineiro Gabriel Lopes—começar também a franzir o sobr’olho a vizinhos tão carrancudos e desagradáveis”. O autor faz referência à política belicista do presidente Solano López, que fazia incursões e aprisionava pessoas nessa região.

Permaneceu como prisioneira por cerca de um ano, em um cárcere nas cercanias de Assunção, em condições sub-humanas, devido ao alto grau de insalubridade que assolava o local; o presidente, à época, era Don Carlos Antônio López, pai de Solano. O pai de D. Senhorinha, Antônio Gonçalves Barbosa, era inspetor do Distrito de Vacaria (atual município de Rio Brillhante); usando da prerrogativa do cargo, buscou formas de libertar a filha por meio da Diplomacia e da intervenção do responsável pelos negócios brasileiros, Pedro Alcântara Bellegarde (DOURADO, 2017).

As terras onde ficava a Fazenda Monjolinho acabaram sendo usurpadas por outras pessoas, com a conveniência da municipalidade de Miranda. Dessa forma, D. Senhorinha rumou para a Fazenda Jardim, que tinha sido fundada pelo seu pai na margem direita do rio Miranda. José Francisco Lopes (um cunhado, irmão de Gabriel) morava em um rancho um pouco distante da casa principal e criava gado de forma extensiva na região.

José era procedente do município de Piumhi, Minas Gerais (MG), viúvo e havia morado durante cerca de sete anos no interior do Paraguai, tendo levado consigo os filhos menores. Sertanista, como seus irmãos, tomaram posse dessas terras caracterizadas como desabitadas, no sul da Província de Mato Grosso. Essas áreas rotuladas como devolutas pelo governo eram, na realidade, territórios tradicionais das sociedades indígenas, que foram expropriadas, em face da ávida expansão da sociedade pastoril (MEDEIROS, 2012).

Apesar de não ser alfabetizada, D. Senhorinha detinha uma vasta experiência no meio rural, pois sempre acompanhou as demandas e os afazeres de Gabriel no cotidiano da fazenda, nunca deixava as coisas por conta dos empregados, ou seja, estava à frente de tudo o que era feito e desenvolvido na Fazenda Jardim, tendo as rédeas em suas mãos, tanto na agricultura quanto na criação de gado. Posteriormente, D. Senhorinha contraiu segundas núpcias com o cunhado, José Francisco Lopes (o futuro Guia Lopes da Laguna, retratado por Taunay); a cerimônia religiosa foi celebrada pelo famoso Frei Mariano de Bagnaia, que se encontrava na Vila Militar de Nioaque, na época.

As primeiras notícias sobre a iminência da guerra foram veiculadas pelo mascate de nome João. O Sertanista José não se alarmou com a notícia da possível guerra. Resolvera, junto com outros fazendeiros da região, levar uma boiada para ser comercializada na Vila de Miranda, com o propósito de obter melhores preços; D. Senhorinha com os filhos, enteados, escravos, empregados e agregados ficaram na fazenda, e aí foram subjugados pelas tropas paraguaias.

Tal situação assemelha-se à que ocorreu quando da primeira prisão de Dona Senhorinha - ela se encontrava sozinha, sem a proteção do chefe da família. Registre-se que a incessante mobilidade masculina era, provavelmente, resultado da busca constante por novas terras, o que fazia que as mulheres ficassem, periodicamente, em estado de abandono (DOURADO, 2017, p. 203).

Todos eles foram aprisionados, em 1865, com outros vizinhos que moravam às margens do rio Miranda; os soldados paraguaios queimaram o canavial, destruíram a moenda, o galpão, o paiol e arrebanharam o maior número possível do gado, naquele cenário. Esses prisioneiros moravam na região situada entre os rios Apa e o Nioaque, ficaram inicialmente na Vila de Horcheta e/ou Horqueta, situada a aproximadamente nove léguas e meia do município de Concepción, em condições precárias e deficientes de sobrevivência (FLORES, 2010). Em 1867, José se apresentou como Guia ao Exército Brasileiro, quando da decisão, pelos oficiais, de invasão do território inimigo até Laguna,

o que se leva à dedução de que esse sertanejo tinha como propósito libertar sua família do domínio paraguaio.

Nessa segunda vez que esteve em poder dos paraguaios, D. Senhorinha foi designada a trabalhar com um padre chamado Justo Román, e, segundo aponta Medeiros (2012, p.102), ela teria se apresentado ao religioso “[...] pronta para qualquer trabalho, acostumada que estava às mais duras lides. Não se recusava a cozinhar, lavar roupas e latrinas, costurar, lavar, o que fosse”. Entretanto, o pároco a afastou dos filhos e a açoitava, com frequência, por motivos fúteis; foram cinco anos de tortura e solidão no Paraguai como prisioneira de guerra.

A alimentação era escassa no território paraguaio, tendo como base raízes de coqueiros, os seus palmitos, bem como folha de laranjeiras, e por vezes uma farinha extraída do palmito da macaúba. Em seus estudos, Dourado (2005, p. 60), indicou que “é possível que tenham conseguido sobreviver graças ao cultivo da agricultura de subsistência”. O sofrimento enfrentado no Paraguai, as angústias sofridas despertaram em D. Senhorinha um sentimento de nacionalidade. Em 1869, sob o comando do Conde D’ Eu, Assunção já se encontrava sob o domínio do Exército Brasileiro,

Naquele período os militares providenciaram o repatriamento de centenas de prisioneiros para diversas regiões: para o sul de Mato Grosso, para Corumbá, e até Cuiabá, fornecendo-lhes alguns meios básicos para a viagem. Num desses blocos, estava Senhorinha, que gastou ainda um tempo razoável para reunir os filhos na volta ao Brasil (MEDEIROS, 2012, p. 107).

O Imperador D. Pedro II ordenou que enviassem um carregamento de suprimentos de roupas aos prisioneiros que estavam em retirada para o solo brasileiro. Flores (2010) menciona que as pessoas que estavam mais debilitadas, sem condições de regressar aos seus lares, poderiam se recuperar no hospital do Exército em Assunção. Militares que se encontravam em Bela Vista, atual município de Mato Grosso do Sul, comunicaram a D. Senhorinha sobre a morte de seu segundo marido, José, vítima da cólera no processo da Retirada da Laguna, em 1867, que foi enterrado à margem esquerda do rio Miranda, juntamente com outros militares.

Essa destemida mulher, à frente dos negócios da Fazenda Jardim, iniciou o processo de reconstrução/reforma da casa - o curral, o paiol, o galpão, a moenda e outras benfeitorias. Antes, porém, foi conhecer o local onde estava o túmulo do seu segundo marido (MEDEIROS, 2012). O governo republicano brasileiro indenizou D. Senhorinha pelo gado ofertado por José (o Guia Lopes) às tropas militares, quando estas estavam na iminência de invadir o Paraguai, tendo à frente o coronel Camisão. O montante recebido

deveu-se à intervenção do Visconde de Taunay, que convivera com o Guia Lopes, em 1867.

Esse capital recebido foi de suma importância para a reconstrução da Fazenda Jardim e para erigir uma casa no município de Bela Vista, onde se vendia parte dos bovinos criados nas terras da fazenda. A pecuária tinha uma rentabilidade melhor se o gado fosse comercializado em Aquidauana, Miranda ou Corumbá, nas charqueadas e/ou quando era vendido para alimentação dos trabalhadores da “Companhia Matte Laranjeira”, ocasião da exploração dos ervais nativos na região sul da Província de Mato Grosso (MEDEIROS, 2012). Em 1873, D. Senhorinha deu início, na Vila de Corumbá, ao processo do inventário do marido José, falecido em 1867; posteriormente, em 1877, os documentos foram enviados para a Comarca de Miranda. Concluído o inventário, a Fazenda Jardim e outros bens foram divididos entre os herdeiros.

Com o avanço da idade, a matriarca dos Lopes foi morar em Bela Vista e presenciou, em 1907, quando no auge do coronelismo⁵, Bento Xavier enfrentar as tropas de João Ferreira Mascarenhas, então vice-governador do estado. O município foi dominado pelas tropas de Xavier, que temporariamente tomou o poder. Mais uma vez D. Senhorinha teve sua casa ocupada pelos revoltosos, sendo obrigada a procurar abrigo na residência de um neto, na região chamada Água Doce.

Em 15 de novembro de 1912, quando da comemoração de mais um ano da Proclamação da República, os militares brasileiros sediados em Bela Vista homenagearam D. Senhorinha com o convite para ser a madrinha da Bandeira do destacamento militar do município. Medeiros (2012, p. 128) faz o seguinte relato:

[...] para Senhorinha foi enviado um memorando assinado pelo próprio comandante, no qual, em forma polida e formal, solicitava-se que ela estivesse presente e se dignasse a ser madrinha da bandeira do 3º Regimento de Cavalaria Mecanizada, tendo em vista ser ela a viúva do herói que seria homenageado, o Guia Lopes.

José Francisco Lopes (o Guia) foi reconhecido pelo Exército Brasileiro como um herói militar, recebendo a patente *post mortem* de Coronel. D. Senhorinha faleceu em Bela Vista, em 26 de janeiro de 1913, e está enterrada nesse município, no cemitério municipal da Água Doce. Silenciavam-se ali as atitudes e a voz da matriarca dos Barbosa e dos Lopes, uma figura extraordinária, relevante por sua resiliência feminina na Guerra

⁵ Prática de cunho político-social, em que uma elite, encarnada emblematicamente pelo proprietário rural, controla os meios de produção, detendo o poder econômico, social e político local.

do Paraguai e que se destacou em um momento importante da história do Brasil (MEDEIROS, 2012).

D. Senhorinha pertencia à família dos Barbosa e seu uniu por meio de casamentos com os Lopes, linhagens caracterizadas por famílias de pioneiros que atuaram na colonização do sul da Província de Mato Grosso, região de Vacarias (Rio Brilhante/Maracaju). Seus descendentes vieram a ser influentes na política de Bela Vista, em outros municípios do interior, Campo Grande, bem como no governo de MS.

Ana Justina Ferreira Néri

Outra figura feminina foi Ana Néri, considerada a primeira enfermeira do Exército Brasileiro e do Brasil, viúva do oficial da Marinha, Isidoro Antônio Néri, e que fazia parte da elite baiana. Acompanhou seus três filhos na guerra, seguindo o 40º Batalhão de Voluntários da Pátria, atuando com grande presteza nos socorros aos feridos. O Presidente da Bahia, à época, Manoel Souza Dantas, levando em consideração os conhecimentos herbáceos (chás medicinais) que Ana possuía, contratou-a como enfermeira, tornando-a, desse modo, a matriarca da enfermagem e precursora da Cruz Vermelha Brasileira.

Ana Néri, conforme escreveu Dourado (2005), morou em Corrientes, Humaitá e Assunção, e primava por fixar residência nas adjacências do campo de operações, tratando os doentes nos Hospitais de Sangue, um trabalho que a tornou conhecida como a mãe dos brasileiros. Esses Hospitais de Sangue eram implantados imediatamente à retaguarda da linha de fogo, junto ao campo de batalha, em edificações modestas, em barracas ou em construções porventura existentes no local, como em igrejas, por exemplo, ou mesmo ao ar livre, carentes de leitos; esses hospitais eram identificados por uma bandeira vermelha.

Na condição de voluntária, Ana Néri viajou ao Rio Grande do Sul (RS), onde tomou conhecimento de noções básicas de enfermagem (saúde) junto às irmãs de caridade da irmandade de São Vicente de Paulo, desvelando sua disposição natural e espontânea. Conviveu nos hospitais com a falta de materiais de maior urgência, a diminuta assepsia e, por conseguinte, as precárias condições de trabalho. Em Assunção, que já estava sob o domínio do Exército Brasileiro, Ana Néri montou uma enfermaria modelo, usando capital próprio proveniente de herança da família (MEDEIROS, 2012).

Flores (2010) destaca que nessa enfermaria na capital paraguaia Ana Néri atendia aos soldados feridos, independentemente da nacionalidade. Um de seus filhos, Justiniano, sucumbiu durante a guerra. Ana era considerada excelente enfermeira, operou (amputou) a perna de um garoto chamado Tayti, esmagada pela explosão de uma granada. Essa senhora também contabilizou e mesclou atos humanitários e de bravura, ao libertar militares paraguaios prisioneiros que haviam sido torturados por soldados brasileiros e deixados para morrer, em uma ala isolada do hospital, o que lhe rendeu a ameaça de ser levada à Corte Marcial.

Havia um setor de isolamento no Hospital de Sangue, onde era proibido entrar. O que estava acontecendo naquele lugar? Determinada, ela decide investigar. Seu coração quase parou. O horror que seus olhos testemunham a deixa sem palavras. Homens feridos, sangrando, abandonados para morrer. Outros já estão mortos. Ela ajuda um tenente paraguaio liberando-o das amarras que o prendem e o deixa fugir com outros companheiros. Acusada pela diretora do hospital, ela corre o risco de ser enviada à corte marcial por um crime contra a nação⁶ (PALMA, 2014, p. 51).

Nos estertores do conflito, em 1870, Ana Néri retornou ao Brasil com três crianças órfãs de guerra que foram adotadas por ela, filhos de soldados tombados nos combates. Ela foi agraciada pelo Imperador D. Pedro II com a Medalha Humanitária e a Medalha da Campanha do Paraguai. Em 12 de maio de 1938, Getúlio Vargas, por meio do Decreto nº 2.956, instituiu o Dia do Enfermeiro, dia em que deve ser prestado tributo à memória de Ana Néri, especialmente nos hospitais, escolas, faculdades e universidades de enfermagem do país. É quando se comemora, também, o Dia Internacional da Enfermagem, em homenagem ao nascimento de Florence Nightingale⁷, considerada a mãe da enfermagem moderna (MEDEIROS, 2012).

⁶ Tradução nossa, do original: "Había un sector de aislamiento en el Hospital de Sangre, donde estaba prohibido entrar. Qué sucedía en aquel local? Decidida, resuelve investigar. El corazón casi se le detiene. El horror que sus ojos presencian la deja sin habla. Hombres heridos, sangrando, abandonados para morir. Otros ya muertos. Ayuda a un teniente paraguayo libertándolo de las amarras que lo retienen y lo deja huir junto a otros compañeros. Acusada por el director del hospital, corre riesgo de ser enviada a la corte marcial por crimen de lesa nación".

⁷ Florence Nightingale (1820-1910) foi uma destacada enfermeira inglesa. Criou a primeira Escola de Enfermagem da Inglaterra no Hospital Saint Thomas, em Londres. Recebeu a Ordem do Mérito, em 1901, durante a Era Vitoriana. Ficou famosa por ser pioneira no tratamento a feridos de guerra.

Preta Ana

Destaca-se também, aqui, a figura da preta Ana, que só teve direito ao primeiro nome, pois a sua cor fora ressaltada com ares de preconceito e discriminação racial por Taunay (1952, p. 85), em referência a grupos sociais de procedência humilde:

Uma mulher de soldado, a preta Ana, antecipara nesta obra caridosa os cuidados da administração militar. Colocada, durante a ação, no meio do quadrado do 17.º, desvelara-se por todos os feridos que lhe traziam, tomando ou rasgando das próprias roupas o que lhe faltava para os pensar e ligar, proceder tanto mais digno de nota e admiração, quanto fôra o da maioria das companheiras miserável. Escondidas quase tôdas sob as carrêtas, ali disputavam lugar com horrível tumulto.

Esse episódio em que é retratada a participação da preta Ana ocorreu em 11 de maio de 1867, quando os membros da Retirada da Laguna haviam atravessado o Rio Apa e chegado ao atual município de Bela Vista. Esse renhido conflito entre brasileiros e paraguaios entrou para a história com o nome de Batalha de Nhandipá. Taunay (1952) diferencia a preta Ana das outras mulheres pela coragem e disposição que a mesma tinha quanto ao propósito de cuidar dos feridos, mesmo durante as batalhas mais sangrentas no teatro de operação de guerra. Pela sua cor negra e origem humilde, supõe-se que ela tenha acompanhado o marido para não padecer de dificuldades financeiras.

Considerando o que tem sido discutido neste trabalho, as mulheres que saíram do anonimato, de um modo geral, são as que realizaram e/ou participaram de algum ato de heroísmo, destemor e/ou bondade. O que chama a atenção e inquieta é o estratagema racista utilizado em referência à cor da pele e a alusão à coloração do coração:

Foi uma autêntica heroína essa mulher de um soldado que se chamava Ana e cognominada *Ana Mamuda*,⁸ cujo gesto digno e humano, se fixou na admiração e na gratidão de todos. Era uma humilde negra de coração branco, mas, antes de tudo, mulher. Sublime mulher, cuja glória a história tem o dever de registrar e consagrar (SOUZA, 1970, p. 120).

A Preta Ana se tornou uma das enfermeiras chefes, orientando as outras mulheres nos cuidados com os enfermos, bem como os soldados feridos levemente que se tornaram enfermeiros dos outros de maior gravidade.

⁸ Foi um apelido depreciativo e/ou discriminatório, pelo qual ficou conhecida em meio à tropa, devido ao tamanho avantajado de suas mamas, seios, peituda.

Aninha Cangalha e Maria Fuzil

Quando o Forte Coimbra foi atacado pela Esquadra Paraguaia em 1864, cerca de setenta mulheres, em grande parte esposa de militares, fabricaram em torno de 3500 balas de fuzil, sendo os cartuchos menores adaptados com pedaços de suas próprias roupas (DOURADO, 2005; PERNIDJI e PERNIDJI, 2010). Flores (2010) observou que na liderança dessas mulheres estava a Sra. Ludovina Porto Carrero (nascida no Uruguai), mulher do comandante do Forte, tenente-coronel Hermenegildo de Albuquerque Porto Carrero, que, por sinal, já havia trabalhado no Paraguai na qualidade de instrutor militar, a serviço de Solano López.

Pode-se coligir que essas mulheres (dentre tantas outras), representaram, nesse episódio, um sustentáculo bélico de fundamental importância, para suprir os militares brasileiros dos materiais necessários para que pudessem conter o avanço dos inimigos. Nesse acontecimento, destacam-se duas delas, que,

Não obstante todos os perigos, era de ver-se a fleugma com que, debaixo da chuva de metralha, desciam a barranca engatinhando com as suas latas às costas 'Aninha Cangalha' e 'Maria Fuzil', negras mangudas. E incólumes voltavam trazendo, por várias vezes, água para o abastecimento geral (MELLO, 1935, p. 45).

Aninha Cangalha e Maria Fuzil eram mulheres simples do povo, que, aproveitando a escuridão da noite, apesar da presença do inimigo que rondava o local, foram até o rio Paraguai buscar água para aplacar a sede dos defensores do Forte, motivo pelo qual têm seus nomes registrados na história (DOURADO, 2005 e 2017). Todavia, sabe-se que posteriormente os militares brasileiros deixaram o Forte e saíram fugidos de Corumbá, levando consigo ainda o cofre da Alfândega.

Irecê a Guaná

Decorria o ano de 1861 quando se deram os episódios retratados no conto (novela) que recebeu esse título. Os acontecimentos basilares desse conto escrito por Visconde de Taunay, que envolvem a índia Irecê a Guaná, ocorreram no sul da Província de MT, tendo sido publicado, inicialmente, em 1874, em uma coletânea de Histórias Brasileiras, sob o pseudônimo de Sylvio Dinarte; somente em 2000 foi republicado, desta vez em formato de obra (NEVES, 2008).

O viajante Alberto, saindo da capital do Brasil, esteve nos países Uruguai, Argentina, Paraguai, indo para Cuiabá e vindo, posteriormente, para a Vila de Miranda, junto com seu amigo, o militar capitão de engenheiros Júlio Freitas, depois seguindo a cavalo em direção à localidade de Nioaque. Com febre, durante o trajeto Alberto e o soldado Florindo procuraram abrigo na aldeia dos Kinikinau, ainda nos arredores de Miranda, e pernoitaram em um conjunto de choupanas (já perto da grande aldeia), onde morava um velho índio feiticeiro chamado Morevi, que era avô da índia Irecê. Este disse ao Alberto: “Você quer Irecê para sua mulher? Perguntou elle com alguma pausa e gravidade. Hade lhe dar comida e roupa” (TAUNAY, 1874, p. 31).

Irecê não havia sido consultada, por essa razão mostrou-se indiferente durante a cerimônia perfunctória, mas encantada com o colar que Alberto dera a Morevi e este o repassou para Irecê, que era Guaná, sendo a mãe dela Kinikinau. Curado da febre e tendo permanecido nessa localidade denominada de *Hetagati* (Taquaral), tinha Alberto a companhia de Irecê, dedicando-se à caça e a aprender algumas palavras da língua chané. Irecê, na convivência com Alberto, foi abandonando algumas tradições e hábitos culturais de sua gente, falando também de forma razoável o português.

Taunay (1874, p. 37) narrou que Irecê havia sido “[...] criada na aldêa do Bom Conselho, perto de Albuquerque, onde recebêra das mãos do missionario frei Marianno de Bagnaia as aguas do baptismo e o nome christão de Sylvana”. Os rituais do mandingueiro Morevi inquietava o sono de Alberto, todavia, os cantos com voz suave de Irecê lhe proporcionavam um descanso prazeroso que o refestelava. Esta ofereceu ao companheiro uma linda jovem índia, Kinikinau, por cuja formosura se achava vencida; Alberto, porém, não aceitou, o que deixou Irecê exultante de alegria.

Após permanecerem junto a esses índios aproximadamente dois meses, Alberto recebeu a visita do seu amigo Júlio Freitas ao *Hetagati*, em companhia de um morador da vila, João Faustino. Alberto revelou ao amigo que se sentia bem naquele local, mas Júlio disse em tom amistoso que fora tirá-lo de seus estudos antropológicos (TAUNAY, 1874).

Alberto foi comunicado por carta que seus negócios no Rio de Janeiro passavam por dificuldades financeiras, e sua presença se fazia urgente. Estava preocupado e desgostoso por ter que deixar Irecê. Júlio Freitas assegurou-lhe que João Faustino proveria mercadorias à índia e seu avô. Ao pressentir a partida de Alberto, o que foi confirmado por ele, Irecê se mostrava desolada e inquieta, com uma cor roxa ao redor dos olhos. Taunay (1874, p. 53) relatou que “[...] apesar das rogativas e até ordens

imperiosas de Alberto, ella nada comeu. Acocorada em um 'canto estava sombria. Parecia doente; teve um pouco de febre”.

O velho índio e sua neta Irecê conseguiram chegar à Vila de Miranda antes de Alberto embarcar no navio; ao lhe dar um abraço de adeus e a deixar com seu avô, Irecê desmaiou. Depois de cinco meses que estava no RJ, Alberto recebeu de MT uma carta de João Faustino, em que noticiava que a índia Irecê do Agaxi já não existia.

Faustino disse que ela morrera poucos dias depois da partida de Alberto, sua magreza era extrema, Morevi “contou-me então que desde a volta ao *Hetagati*, a sua neta não quizéra ou não pudéra mais nem dormir nem tomar alimento. Uma tristeza sombria a acabrunhava, e febre surda mas contínua lhe minava as fontes da vida” (TAUNAY, 1874, p. 61). O autor do conto narra que a notícia de João Faustino foi que Irecê havia morrido pronunciando o nome de Alberto, e que a enterrara no chão do rancho onde ela morava, conforme havia pedido ao seu avô; uma cruz fora fincada na cabeceira da sepultura. Quanto a Alberto, o conto narra que: “[...] ainda hoje a recordação do amor de Irecê ennuvia-lhe o espirito e constringe dolorosamente o seu coração” (TAUNAY, 1874, p. 62).

O conto descreve a paixão entre Alberto e Irecê, que termina com a morte da índia, abandonada pelo amante. Para Silveira (2007, p. 144), “em Irecê, Taunay pretendeu escrever um relato realista e científico dos costumes indígenas”. A obra aborda questões da caracterização do homem branco, realista e dominador, e a índia Irecê romântica e ingênua, que, quando abandonada, perece de amor por esse homem.

Considera-se a hipótese de que Taunay tenha buscado inspiração para esse conto na própria experiência amorosa que manteve com a índia Guaná Antônia, na região dos morros, no decurso da Guerra do Paraguai.

Antônia

O próprio tenente Taunay narrou a respeito de uma índia Chané Guaná chamada Antônia, quando manteve uma relação amorosa com ela na região dos Morros, Serra de Maracaju, arredores do município de Aquidauana, no período de março a julho de 1866.

A população da Vila Militar de Miranda e adjacências, bem como algumas etnias indígenas, entre elas os Chané Guaná (Terena, Laiana, Kinikinau, Exoaladi), do tronco linguístico *Aruák*, aliados aos soldados brasileiros se refugiaram na região dos Morros, buscando um lugar seguro para se proteger das patrulhas paraguaias volantes. Destarte,

“ao abandonar suas aldeias, fugindo dos ataques dos exércitos invasores, os indígenas se juntaram à população não índia, embrenhando-se pela Serra de Maracaju [...]” (ESSELIN; VARGAS, 2015, p. 375).

Entre esses indígenas estava a índia Antônia, por quem Taunay se apaixonara, seduzido pelos seus encantos. Desse modo, havia incumbido o sargento Salvador de procurar o pai da jovem, de nome Miguel Ângelo, para negociar os dotes da filha. No entanto, fora informado que a moça já era amante de um tenente conhecido como Lili. Diante da insistência, o progenitor fez algumas exigências consideráveis naquele contexto: “um saco de feijão, outro de milho, dous alqueires de arroz, uma vaca para o corte e um boi de montaria” (TAUNAY, 1948, p. 284). O militar calculou que essas mercadorias importariam o montante de uns cento e vinte mil réis, no preço do dia.

O negócio foi concretizado com a anuência da índia, motivada com um colar de contas de ouro⁹ presenteado por Taunay, que o havia comprado em Uberaba (MG). O Tenente engenheiro, embebido e apaixonado pelos atributos de beleza física e sexual de Antônia, assim descreveu:

Embezei-me de todo por esta amável rapariga e sem resistência me entreguei exclusivamente ao sentimento forte, demasiado forte, que em mim nasceu. Passei, pois, ao seu lado dias descuidosos e bem felizes, desejando de coração que muito tempo decorresse antes que me visse constrangido a voltar às agitações do mundo, de que me achava tão separado e alheio (TAUNAY, 1948, p. 292).

Fora despertado em Taunay o fascínio por Antônia, que se relacionou pessoal e intimamente com ele, na região dos morros, e deixou marcas indeléveis em sua narrativa de homem maduro - “Memórias”. O encanto emanado pela adolescente seduziu o viajante de tal forma que não mediu esforços para tê-la em sua companhia, mesmo sabendo que já era comprometida com outro militar. Ao ser convocado para ir ao encontro da Força Expedicionária, que passava pela Fazenda Taboco, Taunay não cumpriu a promessa de mandar buscar Antônia e de levá-la para Miranda (CASTRILLON-MENDES, 2007).

Segundo o militar, Antônia deveria ter, em 1866, a idade de quinze para dezesseis anos, externando que aquela ingênua índia foi uma das mulheres que ele mais amou na vida. Soube, posteriormente, que Antônia havia se casado com outro oficial. Taunay, ainda que exaltasse as belezas físicas e os dias de fascinação e êxtase que viveu, nos morros, junto a essa índia, escreve com ares de menosprezo e desdém sobre ela: “vive

⁹ Geralmente é uma coleção de peças compostos por: *colares*, braceletes, pulseiras, brincos, anéis, penca de balangandãs.

hoje em Corumbá ou Cuiabá e deve ter quarenta e dous anos, o que significa que há de estar velha e feia mêmê, pois as índias cedo, muito cedo, perdem todos os encantos e regalias da mocidade” (TAUNAY, 1948, p. 315).

Seja por preservar sua família, seja por motivos de cunho político, o fato é que, por ordem expressa de Taunay, “Memórias” foi depositado na Arca do Sigilo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), na Biblioteca Nacional, em 1893, podendo ser aberta somente cem anos depois do seu nascimento, ou seja, em 1943, ou cinquenta anos após ter sido colocada sob os cuidados do Instituto. Em 1899 Taunay faleceu; seus escritos originais foram resgatados pelos dois filhos, em 1946.

Nos recônditos sertões da Província de Mato Grosso era usual a prática de estratégias articuladas pelos sertanistas, viajantes e militares, dentre outros, de adquirirem mulheres índias para lhes fazer companhia. Com relação à Guerra do Paraguai, Vasconcelos (2018, p. 775) relata que “as mulheres índias prestavam serviços específicos aos soldados da tropa brasileira, principalmente para atender aos seus desejos sexuais”. Essa transação comercial, via de regra, tinha aquiescência da família, que recebia em troca alimentação, animais, vestimentas e determinadas bugigangas.

É de se questionar sobre as centenas de mulheres indígenas que pereceram nessa guerra defendendo seus territórios tradicionais, cujos nomes e “feitos” não foram registrados perante a memória nacional, sob o silenciamento das fontes.

Jovita Alves Feitosa

Destaca-se, ainda, Jovita, uma jovem do Piauí, de 17 anos, que cortou o cabelo e se alistou disfarçada de homem na condição de Voluntário da Pátria. Descoberta sua identidade feminina, foi destinada para trabalhar em um hospital militar (DORATIOTO, 2002). Pipocavam inúmeras reportagens a respeito da atitude de Jovita, pois, de acordo com os apontamentos de Dourado (2005), ela acabou por estremecer os padrões cimentados, à época, a respeito da atuação das mulheres, tendo em vista que deveriam desempenhar funções domésticas, permanecendo à deriva do que era decidido pela sociedade patriarcal vigente.

A atitude de Jovita causou grande controvérsia e alvoroço, naquele contexto, com opiniões divergentes e convergentes representadas por reportagens de jornais, cujos autores se mantinham anônimos, para se precaverem de futuras discussões coléricas e/ou perseguições, ou mesmo porque pertenceriam a jornais que procuravam polemizar

opiniões, com o objetivo de alavancar as vendas. Parte da imprensa da época teceu algumas críticas, quanto ao alistamento feminino para campos de batalha, todavia Flores (2010) apontou na direção de que o alistamento de Jovita teria gerado uma corrente de entusiasmo e euforia que se alastrara por outras Províncias do Brasil.

O fato é que o alistamento dessa moça gerou uma série de debates e discussões; o Jornal do Comércio, por exemplo, em 27 de agosto de 1865, publicou um comentário de alguém que utilizava o pseudônimo de “O Admirado”, que elogiava a atitude de Jovita, fazendo uma crítica velada aos oficiais brasileiros:

Será possível que o belo sexo de algumas províncias esteja dando o exemplo, oferecendo-se para o serviço de guerra e alguns Srs. Oficiais do efectivo serviço ainda empregados nas fortalezas e comissões outras, que podem ser substituídos pelos reformados (MATOS, 2001, p. 20).

Essa jovem foi retratada vestida de soldado, sendo caracterizada como heroína, pelos jornais, em virtude de sua coragem, haja vista que muitos homens fugiam para não participar da guerra. Foi um caso inusitado e como consequência recebeu destaque nos anais da história.

Participação e padecimento das mulheres na guerra

Os estudos e pesquisas que enfocam o envolvimento das mulheres na Guerra do Paraguai e no evento da Retirada da Laguna geralmente reforçam a sua importante participação, reiteram as dificuldades sofridas por elas e suas ações ao tomarem parte desse Corpo Militar.

Carregavam os feridos, pensavam-lhes as feridas e tomavam dos defuntos inimigos as armas e pertences (espadas, revólveres, ponchos e tudo o que podiam carregar). [...] Sofreram os mesmos efeitos da fome, do frio, da doença. Mais fracas, sucumbiam mais facilmente que os homens, deixando, no mais das vezes, um ou dois pequeninos órfãos (GUIMARÃES, 1988, p. 97-98).

Sobre a importância da participação das mulheres junto ao Corpo da Tropa na Guerra do Paraguai, Cerqueira (1980, p. 26) enfatizou que:

Essas mulheres que seguiam o exército não tinham medo de coisa alguma. Iam às avançadas mais perigosas levar a bóia dos maridos. Nas linhas de atiradores que combatiam encarniçadas, vi-as mais de uma vez achegarem-se dos feridos, rasgarem as saias em ataduras para lhes estancarem o sangue, montá-los na garupa dos seus cavalos e conduzi-los no meio das balas para os hospitais.

Del Priore e Venâncio (2013) destacam que parte das mulheres que estiveram envolvidas na Retirada realizavam pilhagens dos despojos de guerra e/ou sobreviviam graças à prostituição. A participação e os objetivos dessas mulheres eram dos mais diversos, oscilando de acordo com a hierarquia social a que pertenciam, sua formação, o grupo em que estavam inseridas, suas origens e o que a guerra representava para elas naquela dada circunstância, entre outras especificidades que lhes eram imanentes.

Ao se reportar à presença feminina na Guerra do Paraguai, Flores (2010, p. 18) afirmou que “[...] a mulher perdeu filhos, viu a família desmoronar, sofreu fome, frio e todo tipo de privações, muitas vezes perdendo ela própria a vida, em combate ou por inanição”. Corroborar-se a percepção de que as mulheres estiveram sujeitas às mesmas adversidades e infortúnios que os soldados imperiais de D. Pedro II, tendo como agravante o fato de que as vicissitudes incorriam com mais vigor sobre elas, em virtude de algumas estarem grávidas, dos cuidados com os filhos de tenra idade e a fome, sempre à espreita, que permeava e rondava o universo feminino.

Considerações finais

É possível inferir que as mulheres envolvidas na Guerra do Paraguai, nas mais diversas atividades, participaram e lutaram de forma perseverante, com muita resiliência pela sua própria sobrevivência física naquele contexto bélico.

Dentre as ações/funções praticadas pelas mulheres denominadas de vivandeiras, no decorrer da Guerra do Paraguai, destacam-se duas, que contribuíram para serenar e aplacar os ânimos dos soldados frente às agruras do cotidiano: no aspecto famélico, a venda de gêneros alimentícios; no que diz respeito à questão sexual, a prática da prostituição, que reinava em meio à tropa. O soldo era pago durante a campanha e, naquele contexto bélico, não havia em que gastar o montante, que se tornava assim disponível para investimentos destinados ao prazer sexual.

É notável a sutil (tênue) importância que os escritores dispensaram às mulheres que participaram no conflito. No entanto, a partir de meados do século XX, as pesquisas sobre a história das mulheres têm rastreado e pinçado pequenos detalhes, vestígios, pistas, de capital importância delas no transcurso da contenda. Por conseguinte, existe a tendência de se minorar e/ou extirpar a questão da diminuta relevância atribuída ao elemento feminino, pois, apesar das fontes escassas, saltam aos olhos as importantes atitudes, façanhas e ações das mulheres no desenrolar da Guerra do Paraguai.

THE WOMEN IN THE PARAGUAYAN WAR (1864-1870): THE CASE OF THE PROVINCE OF MATO GROSSO (MT)

Abstract: This study has as aim to show the relevance of the women's participation in the Paraguayan War (1864-1870) and the Retreat of Laguna War (1867). In this context, it is also intended to discuss the tenuous history of women, given that, for decades, by the traditional historiography that it has had the supremacy of the male perspective. The method used was deductive, with extensive bibliographic research in specialized works about the proposed thematic. It was analyzed the question of the invasion on the South of the Province of Mato Grosso-MT, Brazil, by Solano López troops. D. Senhorinha is highlighted, due to her resilience, emphasizing the importance of the presence of other women who carried out the most diverse activities in support of imperial troops, especially those called "vivandeiras", suffering the misfortunes and adversities that permeated this war, the issue of female prostitution in daily relations and, still, a small mention to the destined and resident women of Paraguay. In this way, we sought to unveil the mist that still surrounds this important and expressive participation of Brazilian and Paraguayan women during the Paraguayan War.

Keywords: Paraguayan War. History of women. "Vivandeiras".

MUJERES EN LA GUERRA DE PARAGUAY (1864-1870): EL CASO DE LA PROVINCIA DE MATO GROSSO (MT)

Resumen: Este estudio tiene como objetivo resaltar la relevancia de la participación de las mujeres en la Guerra Paraguaya (1864-1870) y el Retiro de la Laguna (1867). En este contexto, también se pretende discutir la tenue historia de las mujeres, dado que, durante décadas, la historiografía tradicional ha tenido la supremacía de la perspectiva masculina. El método utilizado fue deductivo, con una extensa investigación bibliográfica en trabajos especializados sobre el tema propuesto. Se analiza la cuestión de la invasión del sur de la provincia de Mato Grosso-MT, Brasil, por las tropas de Solano López. D. Senhorinha, debido a su capacidad de recuperación, enfatiza la importancia de la presencia de otras mujeres que llevaron a cabo las actividades más diversas en apoyo de las tropas imperiales, especialmente aquellas llamadas vivandeiras, que sufren las desgracias y las adversidades que permearon esta guerra, el tema de la prostitución femenina en las relaciones cotidianas y, aun así, una pequeña mención a las mujeres destinadas y residentes de Paraguay. De esta manera, se hizo un intento de desvelar la niebla que aún involucra esta participación importante y expresiva de las mujeres brasileñas y paraguayas durante la Guerra paraguaya.

Palabras clave: Guerra de Paraguay. Historia de la mujer. Vivandeiras.

Referências

BENÍTEZ, Sacha Aníbal Cardona. **Bella Vista Norte La Heroica** - historia de sus orígenes 1801-1902. Paraguay: Imprensa Salesiana, 2016.

CASTRILLON-MENDES, Olga Maria. **Taunay viajante e a construção da imagética de Mato Grosso**. 2007. 232f. Tese (Doutorado em Letras) - Universidade de Campinas, Campinas, SP, 2007.

CERQUEIRA, Dionísio. **Reminiscências da campanha do Paraguai - 1865 - 1870**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980.

DEL PRIORE, Mary; VENÂNCIO, Renato. **Uma breve história do Brasil**. Edição revisada e atualizada. São Paulo: Planeta do Brasil, 2013.

DORATIOTO, Francisco. **Maldita Guerra: nova história sobre a Guerra do Paraguai**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

DOURADO, Maria Teresa G. Heroínas da fronteira Brasil/Paraguai: 1864-1867. *In*: FARIAS, Marisa de Fátima Lomba; COSTA, Alexandra Lopes; VIEIRA, Luciana Branco (Org.). **Mulheres na história de Mato Grosso do Sul**. Dourados: UFGD, 2017. p. 193-211.

_____. **A história esquecida da Guerra do Paraguai: fome, doenças e penalidades**. Campo Grande: UFMS, 2014.

_____. **Mulheres comuns, senhoras respeitáveis: presença feminina na Guerra do Paraguai**. Campo Grande: UFMS, 2005.

ESSELIN, Paulo Marcos; VARGAS, Vera Lúcia Ferreira. A participação dos indígenas da banda meridional da capitania de Mato Grosso na Guerra do Paraguai. **História: Debates e Tendências**, v. 15, n. 2, jul. /dez. 2015, p. 367-382.

FIGUEIREDO, Luciano. Mulheres nas Minas Gerais. *In*: DEL PRIORE, Mary. (Org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013. p. 141- 188.

FLORES, Hilda Agnes Hübner. **Mulheres na Guerra do Paraguai**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e Tradução Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

GUIMARÃES, Acyr Vaz. **Seiscentas léguas a pé: a campanha do Apa**. Campo Grande: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, 1988.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. 2. ed. Tradução: Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

HOLANDA, Sergio Buarque de; CAMPOS, Pedro Moacy (direção). **O Brasil Monárquico - declínio e queda do Império**. Vol. 4, Tomo II, Coleção História Geral da Civilização Brasileira. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1971.

MATOS, Kelma. **Jovita Feitosa**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2001.

MEDEIROS, Samuel Xavier. **Senhorinha Barbosa Lopes - uma história da resistência feminina na Guerra do Paraguai**. 2.ed. Campo Grande: Instituto Histórico Geográfico de Mato Grosso do Sul, 2012.

MELLO, Raul Correia Bandeira de. A fortaleza de Coimbra: breve estudo histórico e geográfico. **Revista da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, Tomo XL, p. 20-58, 1935.

NEVES, Fábio Luis Silva. De Irecê a Guaná: história e ideologia em Visconde de Taunay. **Anais... XI CONGRESSO INTERNACIONAL DA ABRALIC - Tessituras**,

Interações, Convergências, Universidade de São Paulo, 13 a 17 de julho de 2008, São Paulo. Disponível em: http://www.abralic.org.br/eventos/cong2008/AnaisOnline/simposios/pdf/015/FABIO_NEVES.pdf. Acesso em: 15 maio 2020.

PALMA, Circe. Ana Neri. In: RILHO, Ana Helena Diniz Soares *et al.* **Esta tierra tiene dueño**. Porto Alegre: AGE, 2014.

PERNIDJI, Joseph Eskenazi; PERNIDJI, Maurício Eskenazi. **Homens e mulheres na Guerra do Paraguai**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2010.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história**: operários, mulheres e prisioneiros. Tradução de Denise Bottmann. 7.ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz & Terra, 2017.

SILVEIRA, Éder. **Tupi or not Tupi**: nação e nacionalidade em José de Alencar e Oswald de Andrade. 2007. 257 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

SOUZA, Luiz Castro. A medicina na Guerra do Paraguai (III): Mato-Grosso. **Revista de História**, v. 40, n. 81 (1970), publicado em 2017. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/128944>. Acesso em: 15 maio 2020.

TAUNAY, Visconde de. **A Retirada da Laguna**: episódio da guerra do Paraguai. 14. ed. Tradução: Affonso de E. Taunay. Rio de Janeiro: Melhoramentos, 1952.

_____. Irecê a Guaná. In: TAUNAY, Visconde de. **Histórias brasileiras**. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1874. p. 11-62.

_____. **Memórias do Visconde de Taunay**. São Paulo: Instituto Progresso, 1948.

THOMPSON, George. **Guerra do Paraguai**. Trad. Homero de Castro Jobim. Rio de Janeiro: Conquista, 1968.

_____. **The War in Paraguay**. London: Longmans, Green, And Co., 1869.

VASCONCELOS, Cláudio Alves de. A política indigenista em Mato Grosso (1845-1889). In: CHAMORRO, Graciela; COMBÊS, Isabelle (Org.). **Povos indígenas em Mato Grosso do Sul** - história, cultura e transformações sociais. Dourados: UFGD, 2018. p. 765-780.

SOBRE OS AUTORES

Maria Augusta De Castilho é pós-doutora em Linguística e doutora em História Social pela Universidade de São Paulo (USP); docente da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB).

Adilso de Campos Garcia é doutorando em Desenvolvimento Local pela Universidade Católica Dom Bosco (UCDB); docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul (IFMS).

Recebido em 12/05/2020

Aceito em 28/07/2020